Reunião da Assembleia Intermunicipal
21 de dezembro de 2020
Ata nº. 3

No Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pelo Vice-Presidente, Francisco José de Oliveira Martins e pelo Secretário, Mário José Costa da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Miguel Alpoim Marques; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; António Jorge Pereira de Oliveira; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Paulo André Silva e Silva; Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira; Herculano Miguel Pereira Caetano; Luís António Sousa Pinto dos Santos; José Manuel Oliveira Carvalho; Victor Manuel Santiago Tavares; Arménio de Almeida Cêrca; Francisco José da Silva Ferreira; Nuno Manuel Marques Pereira; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Pedro Machado Pires da Rosa; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Fernando Manuel Martins Nogueira; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; João Cândido da Rocha Bernardo; António Pedro Oliveira Martins; José Alcides Ramos Pereira; José António Neves Carvalheira; Sérgio Daniel Santos Morais; Rui Filipe Coelho Costa; Manuel de Oliveira Reis; Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão; Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira; David Faria Pereira Oliveira; Beatriz Manuel Lourenço Soares; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins; Jorge Henrique da Graça Pereira.

O Presidente da Mesa informou que os seguintes Membros pediram substituição: Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto (Oliveira do Bairro), estando presente no seu lugar José António Neves Carvalheira; Toni Pedro Ribeiro Martins (Sever do Vouga), estando presente no seu lugar Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva.

Estiveram ausentes os seguintes Membros: Arménio Henrique Oliveira Martins Silva *(justificou);* José Gonçalo Sarmento de Rebocho Silva e Costa; Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata *(justificou)*; Miguel da Silva Oliveira *(justificou)*; Elisabete Costa Pequeno.

Iniciou-se a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

B – Expediente e informações;

C – Período Antes da Ordem do Dia;

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2021, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde (DL n.º 23/2019, de 30/01).

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores:

Não houve pedidos para o uso da palavra.

De seguida, colocou-se à votação as atas das sessões anteriores, com o seguinte resultado:

Apreciação e Votação da ata nº 1/2020, de 22 de junho, aprovada por unanimidade.

Apreciação e Votação da ata nº 2/2020, de 6 de outubro, aprovada por unanimidade.

B – Expediente e informações

O Presidente da Mesa informou não haver expediente nem informações a apresentar.

C – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) referiu que finalmente surgiu uma solução para as portagens no Orçamento de Estado, esperando que seja duradoura e que nos devemos agora centrar na resolução do problema da EN 109, designadamente de Cacia, que poderia ser resolvido se os pórticos de Angeja e do "Estádio" fossem suprimidos, permitindo que os veículos voltassem a utilizar a A25 neste trajeto.

Manuel Prior (Aveiro) manifestou o reconhecimento do trabalho feito pelos Presidentes de Câmara no âmbito do COVID-19, um trabalho notável em cada Município. Questionou o ponto de situação: - da ligação rodoviária Aveiro-Águeda, uma estrutura que as populações e o tecido empresarial anseiam há muito; - da Linha do Vouga, esquecida pelo Ministério, considerando que a CIRA deverá fazer pressão para a sua qualificação; - do Hospital, considerando que a Câmara Municipal de Aveiro já fez o seu trabalho, faltando agora a assunção do projeto e o seu lançamento pelo Ministério da Saúde.

António Monteiro (Sever do Vouga) considerou importante fazer o ponto de situação do impacto do COVID-19 na região, pois falta informação quer na região, quer no país. Questionou se a CIRA tem informação sobre o calendário de vacinação previsto, qual a quantidade de vacinas que está destinada e quais os Centros de Saúde envolvidos, considerando que há informação escassa sobre o plano de vacinação.

Hilário Santos (Águeda) questionou se é possível ter acesso ao Plano Diretor do CHBV – Centro Hospitalar do Baixo Vouga e se há possibilidade de se realizar uma reunião com o Conselho de Administração. Solicitou informação da data para a conclusão da revisão do EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da AdRA – Águas da Região de Aveiro. Questionou se já há financiamento, previsão de custos e data de arranque para a ligação rodoviária Aveiro-Águeda.

Manuel Reis (Ovar) manifestou preocupação com a defesa costeira no Furadouro, que está semidestruída e por isso debilitada, e com a lixeira de Maceda, selada há cerca de 20 anos. Considera que esta defesa não irá suportar o rigor do próximo inverno e teme-se que a obra não inicie a curto prazo, sob pena do Furadouro vir a ter uma catástrofe social e humanitária, e em Maceda, uma catástrofe ambiental.

O Presidente do Conselho Intermunicipal, sobre a questão dos descontos nas portagens, referiu que a CIRA tem uma visão diferente, não entende que o problema esteja resolvido e que se deve aguardar pela versão final do diploma.

Informou que se irá continuar a lutar pela qualificação da linha do Vouga, confirmando estudos que apontam para a viabilidade técnico-financeira desta ligação ferroviária.

Sobre o plano de vacinação referiu que ninguém falou com a CIRA e nem deveria falar. Na gestão do COVID-19 considera que existe um trabalho em equipa, de cooperação e que se deve confiar nas instituições, desejando que todos trabalhem bem.

Relativamente ao problema da erosão costeira, o Presidente do CI referiu que é um problema muito antigo e considera que nos últimos cinco invernos não tivemos invernos de mar e a pressão para resolver estes problemas diminuiu. Tivemos passos positivos a sul, com o depósito dos dragados do Porto de Aveiro, que agora temos de verificar para onde vão. Informou que a Câmara Municipal de Ovar tem projetos e investimentos nesta área e que no PRR - Plano de Recuperação e Resiliência esta tipologia de obra deverá ser elegível. Referiu que a tendência é para a defesa por meios não pesados, designadamente movimentos de areia e reenchimentos de dunas, considerando-se inadequada para certas zonas do nosso território, nomeadamente para a zona referenciada, que precisa de uma intervenção pesada, com obras de requalificação.

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou as questões pendentes no Ministério do Ambiente, sem andamento, algumas graves, nomeadamente as relacionadas com as obras do Rio Novo do Príncipe e do Sistema Primário de Defesa do Baixo Vouga Lagunar. Considera que esta matéria tem de ser tratada com mais diligência, designadamente pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente e pelo ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Informou que no caso do Rio Novo do Príncipe falta emitir o título de utilização de recursos hídricos, conseguindo-se transformar um ato administrativo num quase novo estudo de impacto ambiental. Relembrou que esta é uma obra do Estado que a CIRA decidiu assumir.

Sobre a questão do EVEF da AdRA, informou que o dossiê está parado há muito tempo, constatando-se uma inércia para tomar decisões difíceis, tendo-se solicitado a intervenção do Ministro do Ambiente neste dossiê, havendo outras questões que se cruzam com esta matéria. Informou que este assunto está na ordem de trabalhos da próxima reunião da Comissão de Parceria.

Relativamente ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga, o Presidente do CI referiu que os termos de referência estão feitos e entregues pelo SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, faltando a aprovação da ARS - Administração Regional de Saúde do Centro. Considera que estes termos de referência têm um nível de pormenor característico de um estudo prévio. Recordou que esta é uma questão política, se nos deixam ou não realizar esta obra, em que o processo de decisão é excessivamente lento. Informou que a Câmara Municipal de Aveiro já se disponibilizou para assumir a titularidade administrativa do projeto, mediante protocolo com o Ministério da Saúde, para se candidatar a fundos comunitários. Referiu que ainda falta publicar a portaria que cria o Centro Académico Clínico. Estamos em equipa, com o CHBV, a Universidade de Aveiro e a CM Aveiro, que já fez tudo da sua parte, e com o patrocínio da Ministra da Coesão, para disponibilizar um aviso específico no Portugal 2020.

No que diz respeito à ligação rodoviária Aveiro-Águeda informou que é um dos objetivos integrados nas Vias para a Competitividade e que falta o compromisso para fazer a obra. Pretende-se um ato contributivo integrado, com passos concretos e não mais um anúncio.

O Presidente do CI destacou o feito histórico na região Centro, em que oito Comunidades Intermunicipais acordaram um documento, com grande importância política, que foi presente ao Conselho Regional do Centro, com a escolha de oito prioridades para o território, uma por Comunidade Intermunicipal, para além de um conjunto de propostas. No caso da Região de Aveiro o projeto prioritário é a Ampliação (com integração do Centro Académico Clínico) e Qualificação do Hospital de Aveiro, incluindo os hospitais de Águeda e Estarreja.

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) solicitou esclarecimentos sobre o Baixo Vouga Lagunar e quais as respostas do Ministro do Ambiente a esta questão, e qual o ponto de situação do Plano Estratégico do CHBV. Sobre as portagens, considerou que é um assunto que tem anos e os sucessivos governos nunca manifestaram recetividade e vontade de assumir as propostas da

CIRA, compreendendo que não devemos prescindir daquilo que defendemos e que temos de ser coerentes.

Paulo Silva (Albergaria-a-Velha) manifestou agrado no documento da posição das CIM's sobre o PRR, destacou a importância da escala e que a região Centro só tem a ganhar com esta união. Referiu que os investimentos prioritários são quase todos na área da saúde, constatando-se grandes *deficits* nesta área. Solicitou esclarecimentos sobre o que se entende por "*Reforço de Conetividade nas Áreas de Acolhimento empresarial e Centros Tecnológicos*" e "*Missing links*".

O Presidente do Conselho Intermunicipal considerou que o dossiê do Baixo Vouga Lagunar precisa do Ministro do Ambiente e que as forças de bloqueio continuam.

Sobre o Plano Estratégico do CHBV informou que o Conselho de Administração não o quis terminar, o que nestas circunstâncias é compreensível, uma vez que está em fim de ciclo.

Relativamente às portagens concordou que é melhor ter 50% de desconto que nada e que se vai aguardar o texto da nova lei para verificar se a nossa região está abrangida.

Sobre o documento da região Centro, o Presidente do CI reiterou que cinco em oito prioridades são na área da saúde e considerou que há um *deficit* de infraestruturas de saúde na região Centro. Informou que na atual versão do PRR só há um hospital para ser construído, em Lisboa, recordando que o principal patrocinador do PRR é um problema de saúde, o COVID-19 e que fica bem evidenciada a incapacidade estrutural do sistema de saúde na região Centro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal esclareceu que a designação: "*Reforço de Conetividade nas Áreas de Acolhimento empresarial e Centros Tecnológicos*" é uma aposta que está clara no PRR, capital para a região de Aveiro, num trabalho de investimento nas áreas de acolhimento empresarial, incluindo os centros tecnológicos e parques de ciência e tecnologia, aumentado a capacidade de trabalho em rede na ambiência da região Centro. Os "*Missing links*" são troços de rede viária que é preciso construir para acabar a integração das principais zonas de localização empresarial às principais infraestruturas ferroviárias, rodoviárias e portuárias; no nosso caso são as vias para a competitividade.

Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2021, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

O Presidente do Conselho Intermunicipal apresentou sucintamente o documento, marcado por objetivos plurianuais, uns por boas razões, que necessitam de vários anos para a sua execução, outro não. Informou que os projetos RAD - Região de Aveiro Digital e o Educ@RA entram na reta final da sua execução e que a GRRA - Grande Rota da Ria de Aveiro já teve um episódio ativado este ano, contando-se abrir os outros dois troços na primavera, num momento em que faremos mais uma operação de marketing territorial, ainda numa ambiência marcada pelo COVID-19 que privilegia este tipo de turismo.

O Presidente do CI recordou a dimensão financeira do Orçamento, com muitas interrogações nos dois objetivos de maior envergadura financeira e informou que a empreitada do CIROA - Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais teve um contratempo, com o primeiro concurso a ficar deserto.

Considerou que a ART - Autoridade Regional de Transportes está com uma gestão difícil, num dos setores mais penalizados com a pandemia e com dificuldades para redesenhar um segundo concurso público para a concessão, para depois se passar à fase da gestão.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Diana Paiva (Sever do Vouga) solicitou esclarecimentos sobre o facto do concurso do CIROA ter ficado deserto e se esta estrutura vai resolver um problema crescente nos Municípios, considerando que Sever do Vouga tem um problema grave. Solicitou esclarecimentos dos projetos de controlo de água inscritos no Orçamento e questionou se tem conhecimento do estado do rio Vouga, uma vez que os fenómenos meteorológicos vão ser mais intensos, a barragem não controla nada e o rio não tem o leito limpo, solicitando que, no futuro, falasse com o Ministro do Ambiente também sobre esta questão.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que o CIROA não resolverá os problemas todos e que se na região se continuar a abandonar animais ao ritmo do último inquérito, em seis meses o CIROA está cheio e durante muito tempo não poderá receber nenhum animal. Considerou que esta é uma estrutura muito importante, mas só dará um contributo, sendo necessário um trabalho de educação cívica, que não existe, não havendo campanhas

nacionais e as poucas que existem são promovidas pelos Municípios. Informou que os apoios no Orçamento de Estado para estas operações são risíveis e considerou que tem de haver uma estratégia de ação e fiscalização séria para acabar com o abandono de animais.

Sobre o Rio Vouga, o Presidente do CI referiu que na nossa proposta da Polis II estão incluídos os rios, com propostas concretas, reforçando também a importância da Associação de Municípios do Carvoeiro.

Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2021, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado por maioria, com nove abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, David Faria Pereira Oliveira, Pedro Machado Pires da Rosa, Nuno Manuel Marques Pereira, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que se mantem a proposta de contribuição municipal.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro aprovada por unanimidade.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde (DL n.º 23/2019, de 30/01).

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a proposta é de não aceitar as competências, considerando que não há condições e há uma atitude unânime dos órgãos municipais. Referiu que por um desencontro de agenda, ainda falta a deliberação da Assembleia Municipal de Águeda, recordando que a prática que tem sido seguida é de trazer para deliberar após as deliberações terem sido tomadas por todos os órgãos executivos e deliberativos, por

questões de fortaleza política. Referiu que os argumentos são os mesmos da anterior deliberação e que, no quadro atual, a manutenção do "não" é obvia.

José Matos (Estarreja) questionou se não será novamente adiada a imposição para o assumir de competências e considerou que não faz sentido transferir o que se pretende. Questionou se não haverá um novo figurino de novas competências nesta área.

Marques Pereira (Aveiro) reiterou o posicionamento que o Partido Socialista teve no ano passado, de discórdia com a posição da CIRA e entende que se deveria assumir estas competências, que são essencialmente consultivas. Considera que as Comunidades Intermunicipais deviam participar neste grande desiderato nacional e informou que o PS regional apoia esta política pública.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que também apoiamos esta política pública, havendo uma diferença entre quem gere e quem discursa, nomeadamente na avaliação dos meios, considerando que as competências não são meramente consultivas. Informou que dos Municípios que disseram que sim a esta competência, nenhum conseguiu operacionalizar, com a exceção do município da Batalha. Manifestou a profunda convicção que não será em 2022 que será implementada e que este dossiê não tem futuro.

O Presidente do CI informou que faltam ser publicadas quatro portarias, que estão no Ministério das Finanças, para se deliberar sobre a Ação Social.

Proposta/Deliberação do Conselho Intermunicipal relativa ao Processo de Descentralização na área da Saúde (DL n.º 23/2019, de 30/01) aprovada por maioria, com uma abstenção, de Beatriz Manuel Lourenço Soares, e oito votos contra, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, David Faria Pereira Oliveira, Pedro Machado Pires da Rosa, Nuno Manuel Marques Pereira, João Cândido da Rocha Bernardo, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta dos pontos 2, 3 e 4.

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Francisco José de Oliveira Martins

Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Mário José Costa da Silva